

LEI Nº 4.861, DE 23/12/2025.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA – PMPI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovado e instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, nos termos do Anexo Único desta Lei, documento transversal e multissetorial, elaborado com participação da sociedade, das famílias e das crianças, e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA por meio da Resolução do CMDCA nº 016, de 15 de outubro de 2025, que contempla em sua elaboração:

- I** – duração decenal com obrigação de revisão a cada 05 (cinco) anos;
- II** – abrangência de todos os direitos da criança nessa faixa etária;
- III** – concepção integral da criança como pessoa, sujeito de direitos e cidadã;
- IV** – inclusão de todas as crianças, com prioridade absoluta às que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco;
- V** – elaboração conjunta e participativa de todos os setores e órgãos municipais que atuam em áreas que têm competências diretas ou relacionadas à vida e desenvolvimento das crianças;
- VI** – participação da sociedade, por meio de organizações representativas, das famílias e crianças na sua elaboração;
- VII** – articulação e complementaridade com as ações da União e do Estado na área da primeira infância;



VIII – elaboração, avaliação e revisão do PMPI ficam na responsabilidade da Comissão de Trabalho Intersetorial criada pelo Decreto Municipal nº 43.613, de 27/02/2023;

IX - monitoramento contínuo do processo, incluindo os elementos que compõem a oferta dos serviços, e avaliação dos resultados será realizado anualmente a partir do final de 2026.

Parágrafo único. O Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI é um documento político e técnico que tem como objetivo principal nortear a gestão pública nas suas decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância visando assegurar os mesmos com a necessária especificidade e com a prioridade que lhe atribui a Constituição Federal em seu artigo 227.

CAPÍTULO II **DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

Art. 2º As políticas, os planos, os programas, os projetos e os serviços voltados ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância observarão os seguintes princípios e diretrizes:

§ 1º Princípios:

I – da territorialidade;

II - da diversidade – todas as infâncias;

III - da intersetorialidade;

IV - da participação – construção coletiva;

V - da garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

§ 2º Diretrizes:

I – atenção prioritária à primeira Infância;

II – articulação e complementação;

III – perspectiva de longo prazo;



IV – construção participativa;

V – participação do Sistema de Garantia dos Direitos – SGD da criança e do adolescente.

Art. 3º Constituem ações finalísticas do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI:

I - Assistência Social às famílias com crianças na Primeira Infância;

II - Educação infantil;

III - Criança com Saúde;

IV - Direito ao Brincar de todas as crianças;

V - Convivência Familiar e Comunitária às crianças vítimas de violações de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora e adoção;

VI - Enfrentando às Violências contra a criança na Primeira Infância;

VII – Prevenção da exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais;

VIII - A Criança e o Espaço, a Cidade e o Meio Ambiente.

Art. 4º As políticas públicas voltadas à primeira infância, dentre outras metas, deverão contemplar ações multidisciplinares que busquem:

I - a integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da primeira infância no contexto familiar, comunitário e institucional;

II - a multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas integradamente;

III - a valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança na primeira infância;

IV - a valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com a primeira infância ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida de gestantes, crianças de até seis anos e seus cuidadores;

Av. Morobá, 20 | Bairro Morobá, Aracruz-ES | Cep 29192-733
Tel: (27) 3270-7013 | 3270-7014 | www.pma.es.gov.br | prefeito@aracruz.es.gov.br



V - o foco nos resultados;

VI - a transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação.

CAPÍTULO III **DO ORÇAMENTO**

Art. 5º A execução dos investimentos propostos para o alcance dos objetivos do PMPI deverá ter a programação especificada no PPA 2026-2029 e nos Planos Plurianuais futuros, bem como as prioridades e metas fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as programações estabelecidas nos orçamentos anuais correspondentes, abrangidos por essa Lei.

§ 1º Para a execução do PMPI deverão ser observados os eixos e princípios definidos por esta Lei e seu anexo, que dispõem sobre a Política de Governança da Administração Pública Municipal;

§ 2º As intervenções propostas pelo PMPI deverão estar alinhadas aos compromissos estabelecidos pela Agenda 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) firmada pela República Federativa do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

CAPÍTULO IV **DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Art. 6º Compete à Comissão de Trabalho Intersetorial, encarregada de Elaborar, Promover e Coordenar o Plano Municipal pela Primeira Infância, instituído pelo Decreto nº 43.613, de 27/02/2023, o monitoramento e a avaliação periódica da implementação do Plano Municipal da Primeira Infância.

§1º As ações finalísticas propostas no Plano Municipal para a Primeira Infância de Aracruz-ES estão organizadas em quatro eixos: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender e deverão ser monitoradas como orienta a Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de





maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

§2º As políticas públicas terão, necessariamente, componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços às crianças e divulgação dos seus resultados.

Art. 7º O Plano Municipal pela Primeira Infância e os relatórios de avaliação deverão ficar disponíveis em meio eletrônico, estimulando a transparência e o controle social de sua execução.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 8º A sociedade participará da proteção e da promoção da criança na primeira infância, solidariamente com a família e o poder público, mediante as seguintes ações, dentre outras:

I – contribuindo na construção das políticas e ações, por meio de organizações representativas;

II - integrando conselhos de áreas relacionadas à primeira infância, com funções de acompanhamento, controle e avaliação;

III - criando, apoiando e participando das redes de proteção e cuidado à criança nas comunidades;

IV - promovendo ou participando de campanhas e ações que visem aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de dezembro de 2025.

LUIZ
CARLOS
COUTINHO:3
0301599734

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS
COUTINHO:30301599734
ND, C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria de
Bairros, Prefeitura de Aracruz - ES, CN=CPF 33, O=EM BRANCO, OU=30301599734, CN=LUIZ CARLOS COUTINHO:30301599734
Localização:
Data: 2025.12.23 15:42:22-03'00"
Pode PDF Reader Versão: 12.0.1

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Av. Morobá, 20 | Bairro Morobá, Aracruz-ES | Cep 29192-733

Tel: (27) 3270-7013 | 3270-7014 | www.pma.es.gov.br | prefeito@aracruz.es.gov.br





Prefeitura Municipal de Aracruz

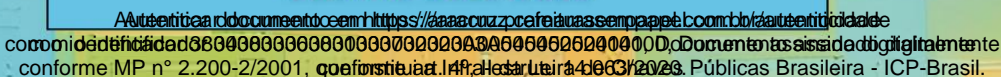
PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

ARACRUZ/ES
2025 – 2035
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GESTÃO 2025-2028

ARACRUZ/ES
2025 – 2035
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GESTÃO 2025-2028

ARACRUZ/ES
2025 – 2035
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GESTÃO 2025-2028

ARACRUZ/ES
2025 – 2035
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GESTÃO 2025-2028



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
2 INTRODUÇÃO	9
PRINCÍPIOS NORTEADORES	17
4 CONHECENDO UM POUCO O MUNICÍPIO	18
5 A SAÚDE NA PRIMEIRA INFÂNCIA	28
5.1 REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DE ARACRUZ	28
5.1.2 Óbitos maternos no município de Aracruz, 2020 a 2023.	31
5.1.3 Cobertura vacinal nas crianças de até 12 meses no município de Aracruz, no período de 2022 a 2024.	33
6 A EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	41
7 ASSISTÊNCIA SOCIAL	51
7.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)	52
7.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)	54
7.2.1 De Média Complexidade	54
7.2.2 De Alta Complexidade	55
8 SEGURANÇA ALIMENTAR	57
9 DO DIREITO DE BRINCAR: CONCEITO E IMPORTÂNCIA	58
10 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	60
11.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA	63
11.2 PRINCIPAIS SINAIS APRESENTADOS:	63
11.3 O QUE PREVÊ A LEI Nº 8069/90 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECRIAD)	63
11.4 QUANDO DENUNCIAR?	64
11.4.1 Canais De Denúncia	64
13 A CRIANÇA E O ESPAÇO, A CIDADE E O MEIO AMBIENTE	66
13.1 A CIDADE COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM	67
13.2 CONEXÃO COM O MEIO AMBIENTE	67
13.3 DESAFIOS E OPORTUNIDADES	67
14. OBJETIVOS E AÇÕES POR EIXO	68
14.1 EIXO 1 - TEMPO DE NASCER	68
14.2 EIXO 2 - TEMPO DE CRESCER	71
14.3 EIXO 3 - TEMPO DE BRINCAR	100
14.4 EIXO 4 - TEMPO DE APRENDER	106
15 IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO	118

A construção deste plano foi marcada por uma escuta qualificada e uma mobilização plural, envolvendo representantes do poder público municipal, sociedade civil, conselhos de direitos – especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar – bem como profissionais das áreas de educação, saúde, Assistência Social, cultura, entre outras.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA.

As crianças trazem uma perspectiva única e fresca para o processo de planejamento, o que pode levar a soluções inovadoras e criativas para antigos problemas. Envolvê-las fomenta a cidadania ativa e a responsabilidade social desde cedo, além de contribuir para seu desenvolvimento integral, incluindo habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

A maneira escolhida pelo município de Aracruz para a participação das crianças na construção do plano municipal pela primeira infância foi a realização de oficinas criativas



Assim, o PMPI de Aracruz firma-se como uma ferramenta legítima, coletiva e estratégica, voltada à garantia da prioridade absoluta das crianças, com vistas à construção de um presente mais cuidadoso e de um futuro mais promissor para as novas gerações aracruzenses.



1º Lugar: Lalis Emanuely Soares
2º Lugar: Nathalia Machado Cardoso
3º Lugar - Jhonatan Soares de Souza



fls. 164

As belezas naturais de Aracruz são um atrativo à parte. A cidade é cercada por uma rica biodiversidade, com praias deslumbrantes, como a Praia de Barra do Sahy e a Praia de Coqueiral, além de áreas de preservação ambiental, como o Parque Natural Municipal de Ponta da Fruta. A vegetação nativa, composta por manguezais, restingas e matas atlânticas, abriga uma fauna diversificada, tornando a região um destino ideal para ecoturismo.

Considerando que o município figura entre as 10 melhores cidades para se fazer negócio, Aracruz está sempre a se desenvolver, buscando equilibrar o crescimento econômico com a preservação de sua cultura e meio ambiente. A cidade promove eventos culturais que celebram sua diversidade, como festivais de música, dança e gastronomia, atraindo visitantes e fortalecendo a identidade local.

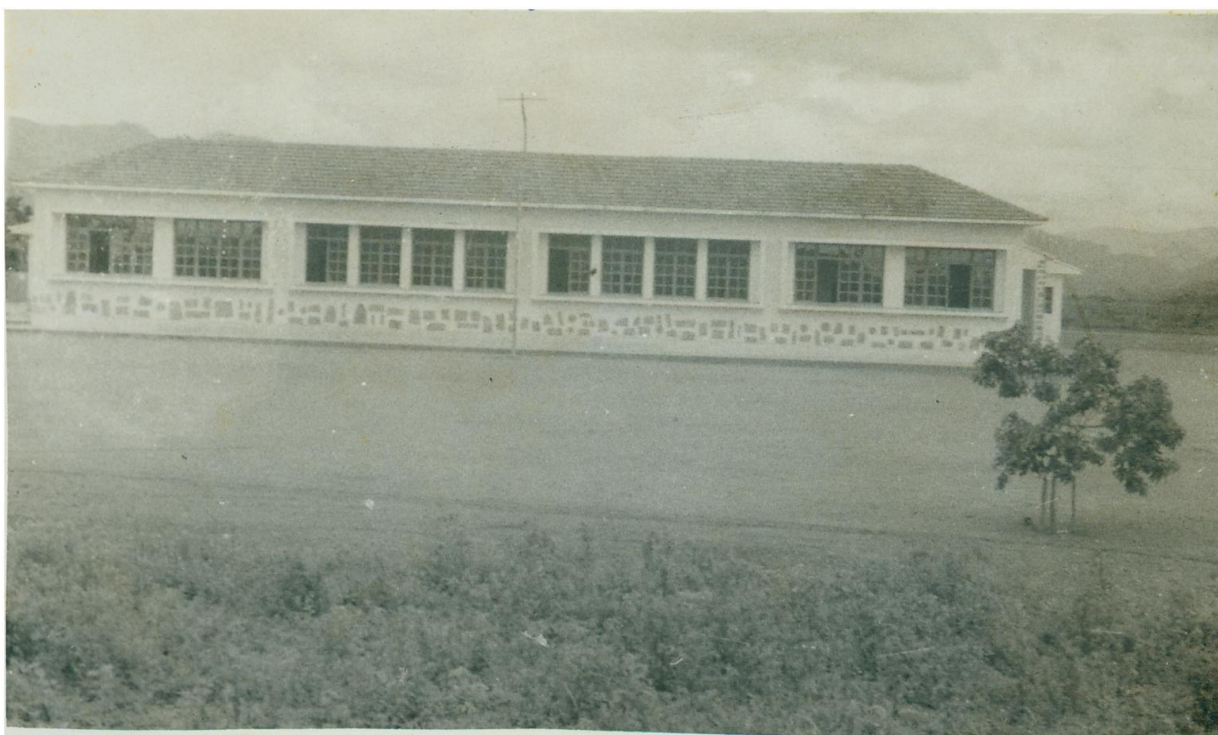


Vista parcial da cidade - Fonte: Biblioteca do IBGE - disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/es37672.jpg>





Vista panorâmica da Cidade de Aracruz - Fonte: Biblioteca do IBGE; Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/es37688.jpg>



Escola Misael Pinto Neto - Fonte: Biblioteca do IBGE; Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/es37678.jpg>



Vegetação: Cobertura vegetal predominantemente em Floresta Atlântica de planície e encosta, tal cobertura foi derrubada para a extração de madeira e recentemente foi plantada a cultura do eucalipto que cobre grande parte do território do ente municipal.

A vegetação nativa se encontra restrita nas reservas ambientais, sendo duas reservas naturais e um parque municipal: Parque Natural Municipal do Aricanga “Waldemar Devens”, localizado a 4 km do centro de Aracruz; a Reserva Natural David Farina, localizado em Coqueiral e a Reserva dos manguezais dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, situada na localidade de Santa Cruz.

Relevo: A maior parte do município de Aracruz corresponde a uma zona de planície pré-moldada em sedimentos recentes. O interior se caracteriza por baixadas delimitadas por tabuleiros modelados em sedimentos areno-argilosos do grupo barreiras. Mais para oeste, surge uma parte serrana baixa, modelada em rochas cristalinas, primeiras elevações da Serra da Mantiqueira. Sua altitude oscila do nível do mar a cerca de 200 metros.

Rios e Lagoas: Os principais rios e lagoas do município são: Rio Piraquê-açú, Rio Piraquê-Mirim, Rio Araraquara, Rio Gimuhuna, Rio Comboios, Rio São José, Rio Francês e Rio do Norte, Lagoa do Aguiar e Lagoa de Baixo, deve se destacar também, a existência de manguezais, que combinado aos rios e lagoas são lócus de sustento para pescadores artesanais, marisqueiros e indígenas. O município possui cerca de 600 barragens de terra (INCAPER, 2015), sendo de relevância para a agricultura local, com ênfase na irrigação dos cafezais.

População

A população aracruzenso, calculada para 2024 é de 102.410 pessoas, sendo essas informações aproximadas. É o único município capixaba que possui índios aldeados no estado do Espírito Santo, com duas etnias: Tupinikim e Guarani. Atualmente são 12 aldeias, sendo 05 guaranis, 06 tupinikins e 01 tupi-guarani.

Num olhar histórico percebemos como o município se tornou um polo atrativo para as pessoas fixarem domicílio por variados motivos como qualidade de vida, infraestrutura, oportunidades de trabalho, condições de vida etc.

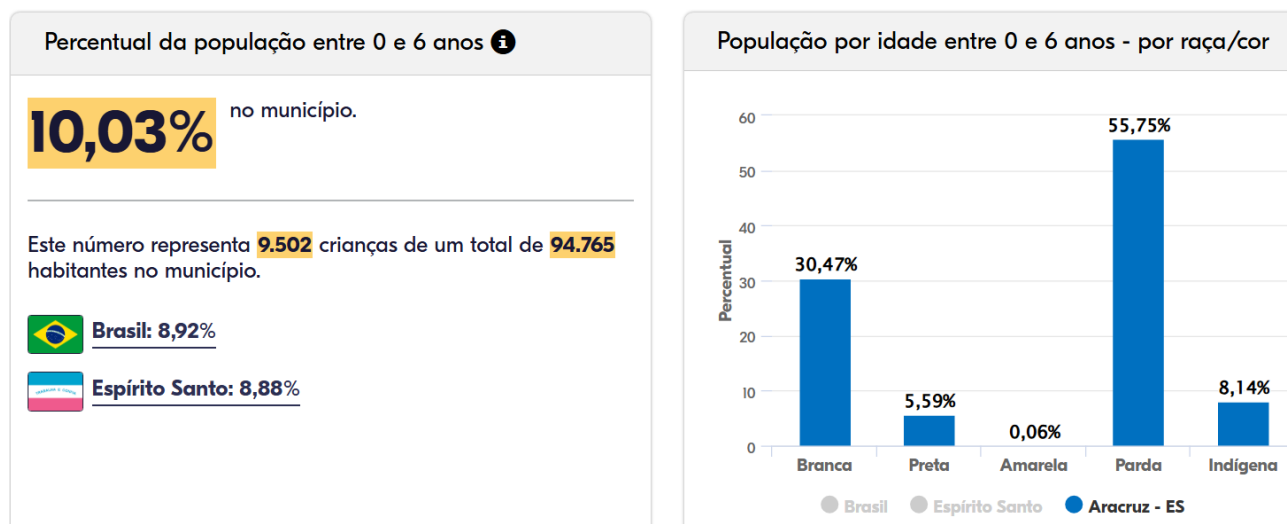
Entendemos melhor ao analisar os dados estatísticos disponíveis para consulta: em 1940 15.990, 1950 16.642, 1960 24.037, 1970 26.507, 1980 35.797, 1991 52.424, 2000 64.637,



POPULAÇÃO versus DÉCADA

DÉCADA	POPULAÇÃO
1940	15.000
1950	16.000
1960	24.000
1970	26.000
1980	34.000
1991	52.000
2000	64.000
2010	80.000
2022	94.000
2024	102.000

Fazendo um recorte na população de acordo com a faixa etária, comprovamos que Aracruz possui 10,03% de sua população na Primeira Infância, superando os índices nacional e estadual, conforme demonstra o gráfico abaixo.



<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

- **Centro de Reabilitação:** Oferece serviços de fisioterapia e fonoaudiologia;
- **Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS-i):** Focado na saúde mental de crianças, com destaque para o atendimento a transtornos como o TDAH;
- **Centro de Tratamento e Aconselhamento (CTA) e Casa Rosa:** Serviços voltados ao cuidado integral à saúde.



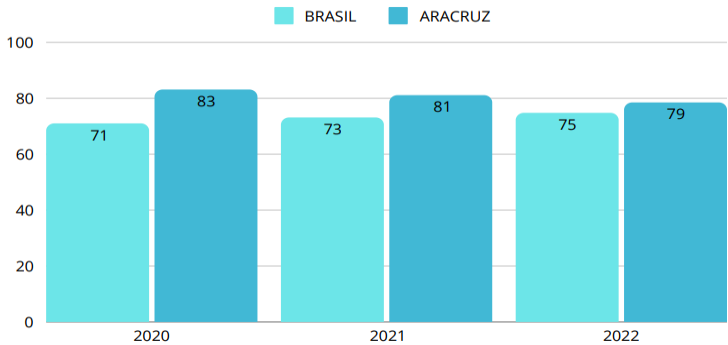
Ao abordar a primeira infância, é essencial considerar o cuidado com o bebê desde a gestação. A saúde deve ser garantida desde o ventre materno, e toda gestante tem o direito de ser assistida por uma equipe multidisciplinar, sendo atendida de forma integral. No município de Aracruz, todas as gestantes recebem acompanhamento pela rede municipal de saúde.

As gestantes de baixo risco são atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), enquanto aquelas classificadas como alto risco são encaminhadas para a Casa Rosa, onde recebem cuidados especializados após avaliação nas UBSs.

Durante a gestação, é fundamental que a futura mãe realize pelo menos sete consultas pré-natais. Entre 2020 e 2022, Aracruz, apesar de apresentar índices de acompanhamento gestacional superiores à média nacional, com aproximadamente 83%, 81% e 79% das gestantes realizando sete ou mais consultas, conforme demonstrado no gráfico 1, merece atenção especial, considerando que esse percentual vem decaindo a cada ano.

Além do pré-natal, as gestantes também recebem acompanhamento odontológico, com no mínimo dois atendimentos, e acompanhamento nutricional para garantir um cuidado completo. Ao longo do período gestacional, são realizados exames regulares para monitorar a saúde da mãe e do bebê. Um acompanhamento materno adequado é indispensável, pois proporciona maior segurança e bem-estar para o binômio mãe/bebê.

5.1.1 Comparativo do percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal no município de Aracruz e no Brasil, 2020 a 2022.



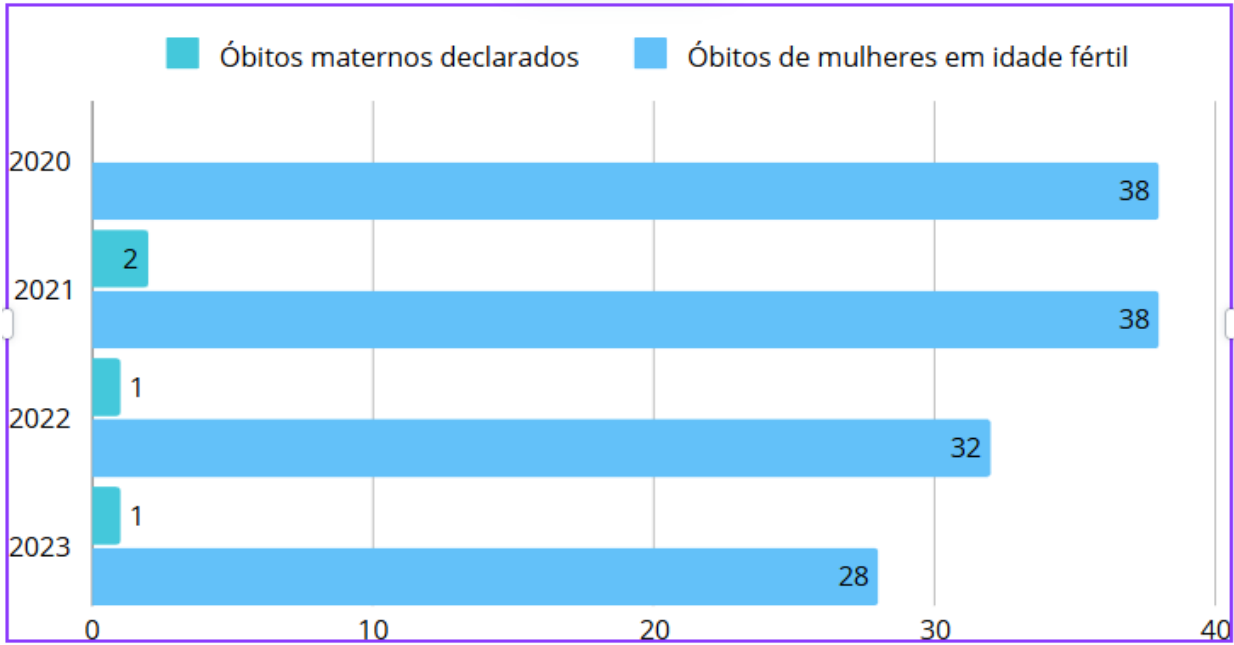
Fonte: Primeira infância primeiro, 2024.



A maioria das mortes maternas é evitável. Para isso, é essencial que todas as mulheres tenham acesso a cuidados pré-natais adequados durante a gravidez, atendimento especializado no momento do parto e suporte nas primeiras semanas após o nascimento do bebê. A saúde materna e a do recém-nascido estão fortemente interligadas, evidenciando a necessidade de atenção integral. Dados brasileiros de 2015 mostram que aproximadamente 2,7 milhões de recém-nascidos morreram naquele ano, além de outros 2,6 milhões que nasceram mortos. A assistência qualificada durante o parto é crucial, pois cuidados oportunos e eficazes podem representar a diferença entre a vida e a morte para mães e bebês (OPAS, 2024).

No município de Aracruz, ao avaliar a mortalidade materna entre 2020 e 2023, observou-se que em 2020 não houve registros de óbitos maternos. Já em 2021, 5% dos óbitos de mulheres em idade fértil foram atribuídos a causas maternas. Nos anos de 2022 e 2023, foi registrado apenas um óbito materno em cada ano, representando 3,03% e 3,44%, respectivamente, dos óbitos totais no público feminino.

5.1.2 Óbitos maternos no município de Aracruz, 2020 a 2023.



Fonte: SIM, 2024.



A mortalidade infantil é um dos principais indicadores de saúde e das condições de vida de uma população. Sua taxa estima o risco de um recém-nascido morrer antes de completar um ano de vida. Taxas elevadas refletem precárias condições de saúde, infraestrutura insuficiente e baixo nível de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 2021).

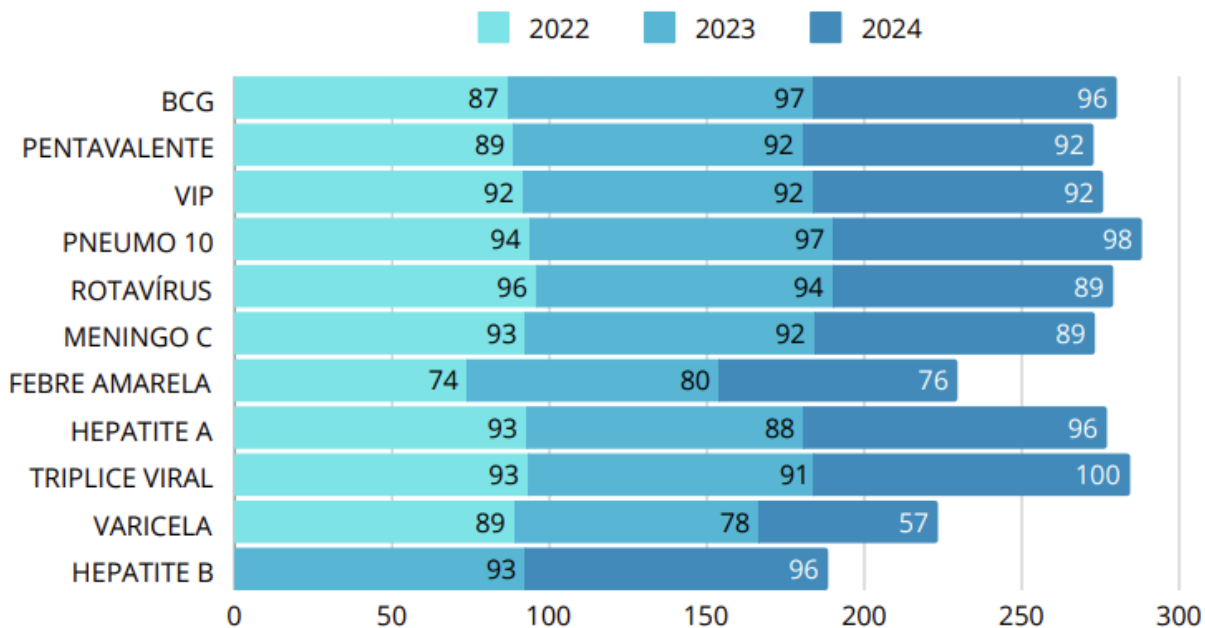
Em 2022, o município de Aracruz registrou uma taxa de mortalidade infantil de 9,28 óbitos por mil nascidos vivos, totalizando 14 óbitos. A vacinação é um fator essencial para reduzir a mortalidade infantil, pois muitas das mortes estão relacionadas a doenças que podem ser prevenidas por imunização.

A vacinação está amplamente disponível em todo o território brasileiro e, em Aracruz, é oferecida em 15 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas 5 UBSs indígenas. O calendário vacinal recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a primeira infância está integralmente disponível na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, Aracruz, assim como o restante do Brasil, apresentou uma queda significativa na cobertura vacinal desde 2016, o que deixou o município vulnerável quanto retorno de doenças antes eliminadas, como o sarampo, por exemplo. Em 2024, os índices de cobertura vacinal mostram uma recuperação significativa, trazendo maior segurança para a população, mas ainda há muito o que melhorar.

O calendário vacinal brasileiro atualmente disponibiliza 14 tipos de vacinas para os primeiros anos de vida, incluindo: BCG, Hepatite B, Pentavalente, VIP (Vacina Inativada contra Poliomielite), Rotavírus, Pneumocócica 10V, Meningocócica C, vacina contra Covid-19, Febre Amarela, Tríplice Viral, DTP, Hepatite A, Varicela e Influenza. Essas vacinas protegem contra diversas doenças graves, como coqueluche, difteria, tétano, tuberculose, meningite bacteriana, entre outras, sendo fundamentais para a redução da mortalidade infantil e a promoção da saúde pública.



5.1.3 Cobertura vacinal nas crianças de até 12 meses no município de Aracruz, no período de 2022 a 2024.



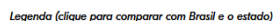
Fonte: SESA-ES, 2024.

**Cobertura parcial do ano de 2024. Cobertura proporcional aos 10 primeiros meses do ano.*

O município de Aracruz tem trabalhado para aumentar as coberturas vacinais, promovendo uma cultura de prevenção e reduzindo a disseminação de patógenos que aumentam o risco de adoecimento. Para garantir a segurança da população, é essencial manter índices elevados de cobertura vacinal.

Outro dado interessante que retrata a saúde das crianças de 0 a 6 é o total de nascidos vivos, que corresponde ao registro de nascimentos. Esse indicador é fundamental como denominador nas análises dos dados de nascimentos, gestantes, vacinas em crianças de até um ano de idade, taxa de mortalidade infantil e análise de óbitos, dentre outros relacionados a saúde e ao puerpério. Na série histórica iniciada em 2010, o município de Aracruz teve a ocorrência de 1.305 nascidos vivos, tais números apresentaram oscilação com pico máximo de 1.524 nascidos vivos em 2014, com queda aos níveis próximos ao normal em 2015 e mantendo uma oscilação entre os valores apurados anualmente, alcançando em 2022 o total de 1.508 nascidos vivos.

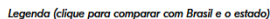




● Aracruz - ES ● ES ■ Brasil



<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>



 Aracruz - ES
  ES
  Brasil

i



<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

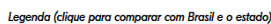


<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

Partindo de 2010 onde a série histórica começa, vemos uma evolução nos números apresentados estando acima dos apurados estadual e nacionalmente nos mesmos anos, como elemento destacado está o ano de 2016 onde 86,91% ou 1.262 nascimentos foram acompanhados em 7 ou mais consultas de pré-natal.

Quando falamos em nascidos com baixo peso nos referimos às crianças que já partem em defasagem no seu processo de desenvolvimento no município, podendo refletir comprometimento nutricional da mãe e falha na assistência durante o pré-natal. A prematuridade e as cesarianas também são um importante vetor do baixo peso ao nascer. Investir no fortalecimento da atenção básica, na detecção precoce de fatores de risco e acompanhamento nutricional são medidas que podem contribuir para melhorar esse indicador. Se o número de bebês que nascem com menos de 2,5 quilos cai, mas a porcentagem deles no total de nascimentos permanece a mesma, o problema não está sendo devidamente tratado. Em Aracruz esse indicador tem variado, com seu ponto mais baixo em 2012 onde 6,22% ou 87 nascimentos foram de bebês com menos de 2,5 quilos e seu ponto mais elevado no final da série histórica em 2022 com 8,55% representando 129 nascimentos com baixo peso. Porém ao compararmos com as médias obtidas pelo estado e união, os valores ficam abaixo das métricas encontradas nas demais esferas federativas.

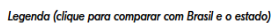
Percentual
anos) **i**



Partos de mães adolescentes - por raça/cor ⓘ



pré-natal ⓘ

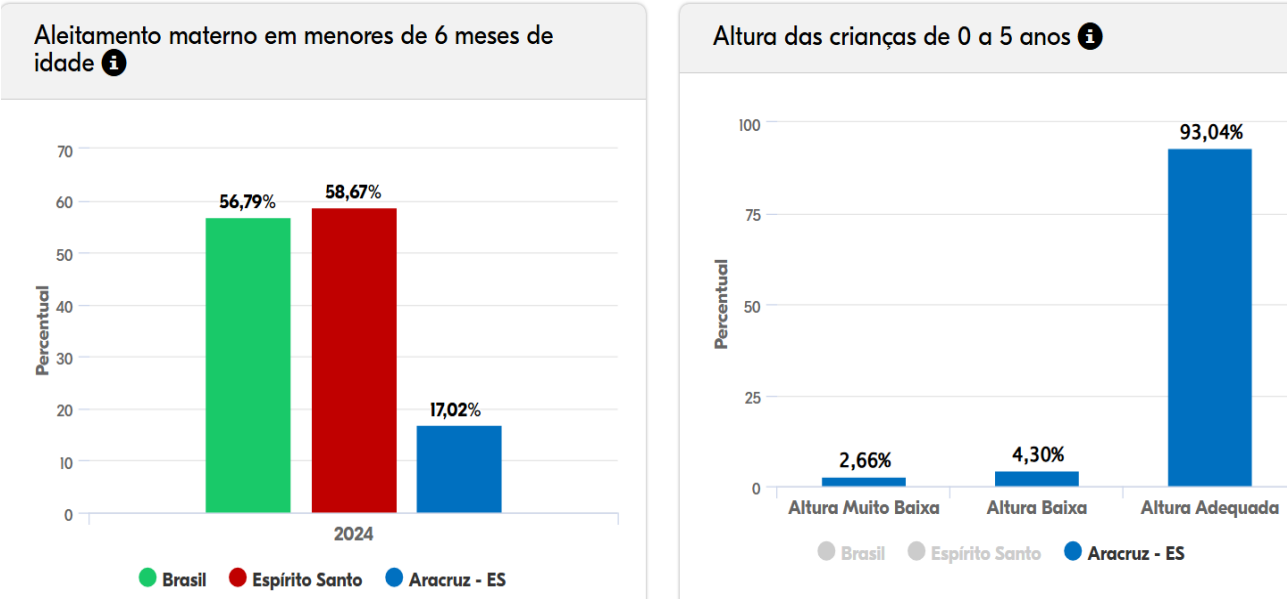


pré-natal - por raça/cor

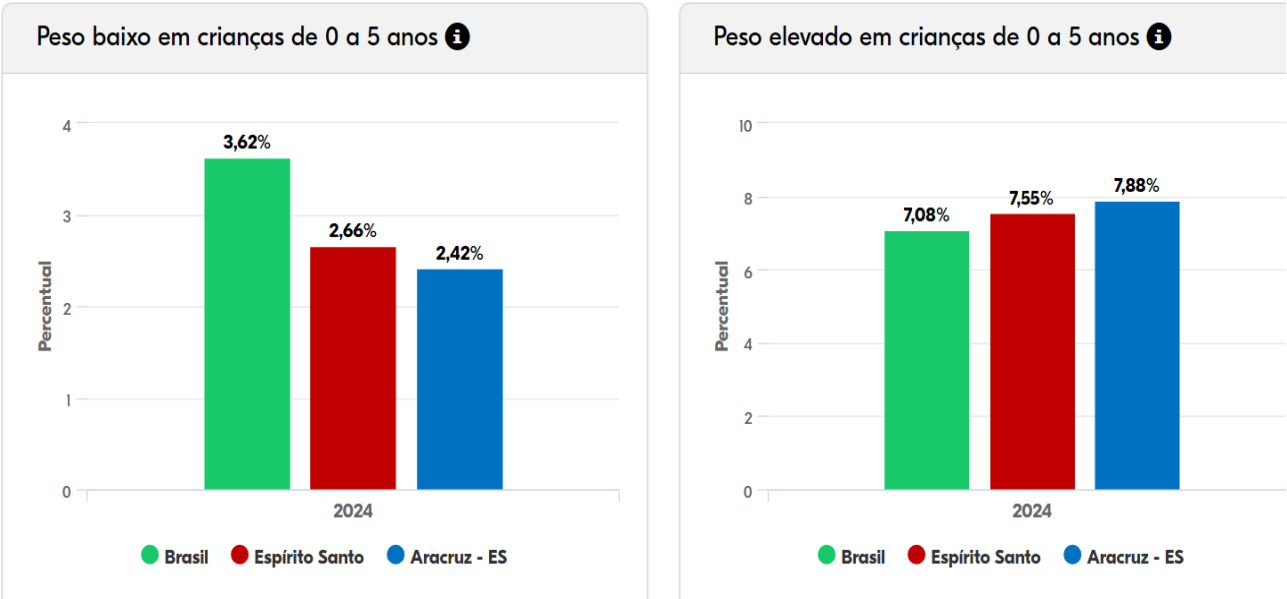


Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

Políticas de combate a estas questões incluem orientação nutricional por parte de equipes de saúde da família e melhora do cardápio em creches e pré-escolas.



Indicadores referentes ao Aleitamento Materno e Altura das crianças de 0 a 5 anos - Fonte: Ministério da Saúde;
Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>



Indicadores referentes ao Peso Baixo e Peso Elevado em crianças de 0 a 5 anos - Fonte: Ministério da Saúde; Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>



Atualmente, Aracruz conta com uma rede de ensino que abrange desde a educação infantil até o ensino médio, além de instituições de ensino superior. A história da educação no município é um reflexo das lutas e conquistas da comunidade em busca de um futuro melhor, sempre pautada pela necessidade de inclusão e qualidade no ensino.

No que se refere à Primeira Infância, o município de Aracruz oferece atendimento à Educação Infantil desde o final da década de 60. Inicialmente sob a responsabilidade do Governo Estadual foram criados os jardins de infância. Já no final da década de 70, com função assistencialista, surgem as primeiras creches, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Ação Social.

Ao final dos anos 80, em regime de comodato com o Governo Estadual, o Município começa a assumir a responsabilidade sobre alguns Jardins de infância. Com a Constituição Federal de 1988, no art.227, é assegurado à criança de 0 a 6 anos direito à educação.

Assim, no início da década de 90, a Secretaria Municipal de Educação iniciou uma nova proposta de trabalho, com os professores que atuavam com alunos de 4 e 6 anos, promovendo estudos bimestrais, além de desenvolver uma proposta de atividades com temas.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.



No ano de 2009 na Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil. A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental. As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças. É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. No ano de 2018 a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** reconhece que as creches e pré-escolas devem acolher as vivências e os conhecimentos da criança e articulá-los em suas propostas pedagógicas; reconhece também que a instituição de Educação Infantil tem o

Matrículas em creches por dependência administrativa ⓘ

Dependência Administrativa	Brasil	Espírito Santo	Aracruz - ES
Rede federal	0,00%	0,00%	0,00%
Rede estadual	0,00%	0,00%	0,00%
Rede municipal	0,00%	0,00%	89,88%
Rede privada (particular)	0,00%	0,00%	10,12%
Rede conveniada (vinculação com poder público)	0,00%	0,00%	0,00%

Número de Matrículas em Creches ou Pré-escolas

Ano	CRECHES	PRÉ-ESCOLA
2019	2350,0	2550,0
2020	2400,0	2550,0
2021	2200,0	2500,0
2022	2450,0	2550,0
2023	2550,0	2550,0
2024	2600,0	2550,0



CAPACIDADE , MATRÍCULA E VAGAS DISPONÍVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

REGIÃO	UNIDADE	GRUPO I			GRUPO II			GRUPO III			GRUPO IV			GRUPO V			MISTA CRECHE			MISTA PRÉ-ESCOLA			INTEGRAL CRECHE			INTEGRAL PRÉ-ESCOLA		
		C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D	C	M	D
GUARANA	CMEI TERESINHA FRIGINI	18	18	0	50	50	0	64	64	0	48	47	1	32	36	-4	0	0	0	40	41	-1	0	0	0	0	0	0
JACUPEMBA	CMEI FRANCISCA ROCHA RIBEIRO	36	36	0	36	36	0	54	54	0	60	56	4	60	55	5	0	0	0	20	19	1	0	0	0	0	0	0
JACUPEMBA	CMEI NOVA COLATINA	16	16	0	0	0	0	18	18	0	20	15	5	0	0	0	34	34	0	20	14	6	0	0	0	0	0	0
JACUPEMBA	CMEI PEQUENO PRÍNCIPE	15	14	1	15	17	-2	36	20	16	40	41	-1	40	29	11	18	13	5	20	17	3	0	0	0	0	0	0
LITORAL	CMEI BALÃO MÁGICO	0	0	0	18	15	3	36	29	7	40	39	1	40	37	3	18	13	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LITORAL	CMEI DONATILA COUTINHO	36	36	0	18	18	0	36	35	1	60	52	8	60	50	10	18	16	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LITORAL	CMEI NOVO IRAJA	18	17	1	18	16	2	36	23	13	20	18	2	20	19	1	0	0	0	20	19	1	0	0	0	0	0	0
LITORAL	CMEI TIA ANASTÁCIA	10	12	-2	15	15	0	15	15	0	40	28	12	40	38	2	14	15	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LITORAL	CMEII CAEIRAS VELHAS	0	0	0	14	12	2	28	28	0	40	33	7	40	35	5	15	18	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LITORAL	EMEF ERMELUNDA GIACOMIN FARINA - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	0	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LITORAL	EMEF ITAPARICA - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	0	0	0	0	20	18	2	0	0	0	0	0	0
LITORAL	EMP INDIGENA IRAJÁ - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	22	-4	20	22	-2	0	0	0	0	0	0
RIACHO	CMEI AMALIA COUTINHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	80	0	100	92	8	0	0	0	20	18	2	0	0	0	0	0	0
RIACHO	CMEI MÃE AURÉLIA	36	36	0	36	36	0	54	54	0	80	77	3	80	75	5	18	18	0	40	35	5	0	0	0	0	0	0
RIACHO	CMEI VOVÓ JANDIRA	36	36	0	72	72	0	72	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIACHO	EMEFI DORVELINA COUTINHO - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	19	1	0	0	0	0	0	0
RIACHO	EMP INDIGENA PAU BRASIL - CMEI	0	0	0	0	0	0	18	14	4	0	0	0	0	0	0	18	14	4	20	17	3	0	0	0	0	0	0
RIACHO	EMP NOVA ESPERANÇA - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	18	0	15	13	2	0	0	0	0	0	0
SANTA ROSA	CMEBTI ESTHER NASCIMENTO DOS SANTOS - CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	11	7	20	15	5	20	15	5	20	17	3
SEDE CENTRO	CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO	54	52	2	68	61	7	54	54	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE CENTRO	CMEI EPIFÂNIO PONTIN	51	50	1	54	49	5	72	72	0	100	101	-1	100	91	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE CENTRO	CMEI PEQUENO APRENDIZ	36	35	1	18	18	0	36	35	1	40	41	-1	40	35	5	18	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE CENTRO	CMEI VERA LUCIA DEVENS RABELO	0	0	0	36	34	2	36	36	0	40	36	4	40	39	1	0	0	0	20	17	3	0	0	0	0	0	0
SEDE NORTE	CMEI ABÍLIO CORREIA DE AMORIM	36	36	0	54	49	5	54	54	0	80	80	0	80	78	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE NORTE	CMEI CINDERELA - CMEI	66	66	0	72	72	0	90	90	0	100	86	14	80	51	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE NORTE	CMEI SETE ANOES	0	0	0	0	0	0	36	36	0	60	53	7	40	39	1	18	17	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE SUL	CMEI CRESCER	36	36	0	72	71	1	72	72	0	108	102	6	74	75	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE SUL	CMEI CRIANÇA FELIZ	36	36	0	54	54	0	54	52	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE SUL	CMEI MARÍLIA REZENDE SCARTON COUTINHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98	97	1	93	89	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE SUL	CMEI NARIZINHO	0	0	0	0	0	0	18	18	0	100	101	-1	120	122	-2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEDE SUL	CMEI PROFESSORA MARIA JOSÉ GHIDETTI ROCHA	66	66	0	92	92	0	108	108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		602	598	4	812	787	25	1097	1053	44	1274	1203	71	1219	1125	94	243	227	16	315	284	31	20	15	5	20	17	3

segunda-feira, 21 de outubro de 2024 17:00:09

EDUCAÇÃO INFANTIL

[illegible]

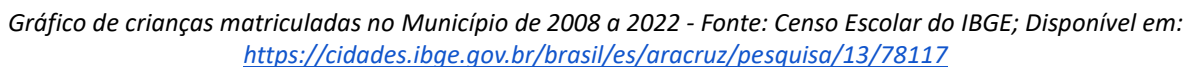
costa@fca. 4 de novembro de 2016 10:24:51

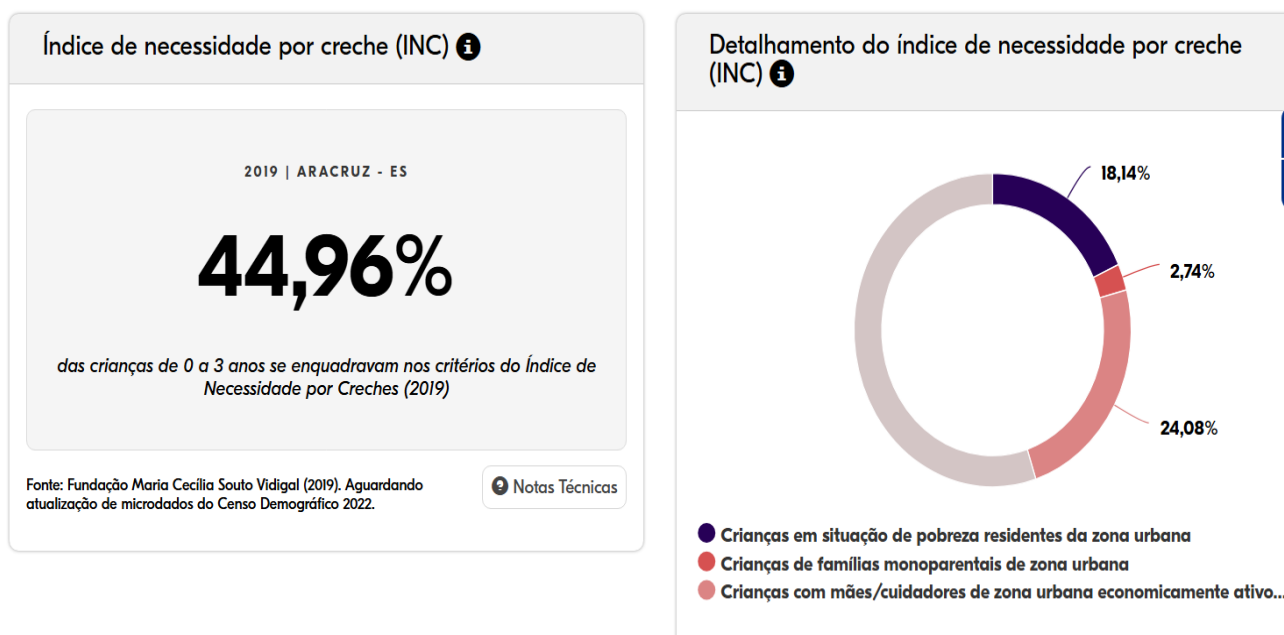
Os dados demonstram um aumento significativo de crianças matriculadas na educação infantil, destacando o acesso à creche.

Apesar dos esforços, a educação infantil em Aracruz ainda enfrenta desafios, como a necessidade de ampliar a oferta de vagas para atender todas as crianças do município.



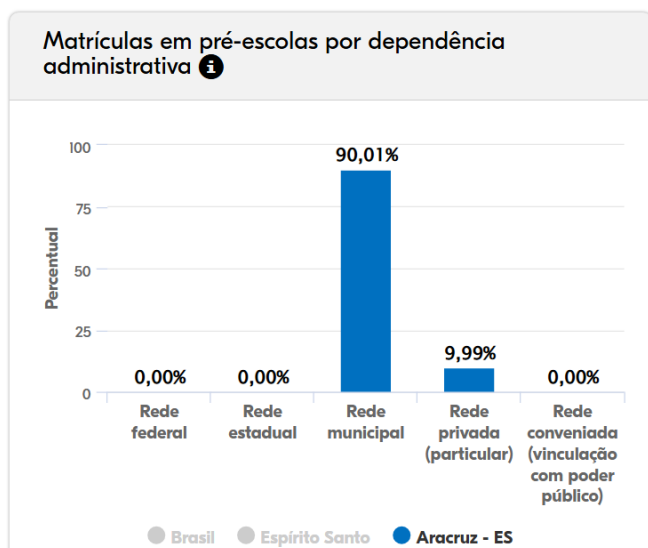
O futuro da educação infantil em Aracruz é promissor, com planos de expansão que visam garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Com o apoio da comunidade e do governo, Aracruz está no caminho certo para formar cidadãos bem preparados para o futuro.





Índice de Necessidade por Creche (INC) - Fonte: Ministério da Saúde; Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

Quando olhamos para o atendimento em creche da população de 0 a 3 anos fica demonstrado que a creche é um poderoso meio de socialização e pode promover estímulos que colaboram para o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Isso pode trazer impactos positivos para crianças em situação de vulnerabilidade social. Por isso, a meta nacional do Plano Nacional de Educação (PNE) é atingir pelo menos 50% de matrículas em creches, para crianças de 0 a 3 anos, até o ano de 2024.



Números de matrículas Município x Estado - Fonte: Ministério da Saúde; Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aracruz-es/>

A Constituição Federal reconhece a Assistência Social como política pública não contributiva, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, integrante do Sistema de Seguridade Social Brasileiro, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

“A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (LOAS, Art. 1º)

Serviços e Benefícios é pautada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que prioriza a família e o território.

O Município de Aracruz também realiza parcerias com organizações da sociedade civil, que atuam para atender localidades onde a estrutura pública não é suficiente ou para complementar os serviços prestados pelas administrações públicas. Além disso, as OSC's conhecem geralmente o território e sua população e este conhecimento contribui para melhorar as políticas públicas.

7.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de Assistência Social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O município possui atualmente 09 (nove) CRAS, localizados nos distritos de Jacupemba, Guaraná, Vila do Riacho, Santa Cruz, Barra do Riacho, nos bairros de Itaputera, Morobá, Bela Vista e na Aldeia Indígena de Caieiras Velha. Quadro com os endereços e áreas de abrangência de cada CRAS (Anexo I).

- Cáritas Diocesana de Colatina: “Projeto Girassol” - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Associação “Lar São José”: Raio de Luz - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Associação Amigos da Justiça, Cidadania e Artes: “Projeto Saber Viver”, em Barra do Riacho - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Associação Amigos da Justiça, Cidadania e Artes: Vila do Riacho - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Associação Cultural Recreativa Beneficente Presbiteriana de Aracruz: “Projeto Minha Chance”, no bairro Morobá e adjacências - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracruz (APAE) - Serviço Proteção Social Básica (PSB) para Pessoa com Deficiência e suas famílias, criado através de Tipificação Local (Resolução CMA SA, n.º 145/2017).
- Instituto de Políticas Públicas e Assistência Social e Educacional do Espírito Santo (IPPES) – Programa Criança Feliz.

- Instituto de Políticas Públicas e Assistência Social e Educacional do Espírito Santo (IPPES) - Serviço Especializado em Abordagem Social.
- Instituto de Políticas Públicas e Assistência Social e Educacional do Espírito Santo (IPPES) – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

7.2.2 De Alta Complexidade

Os serviços garantem proteção integral. Eles se dirigem às famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e/ou ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário ou acesso a serviços que possibilitem um novo projeto de vida.

Para executar estes Serviços, atualmente o município conta com a Casa de Acolhimento Provisório para crianças e adolescentes: “RECRIANDO VIDAS” e o Programa Família Acolhedora, além da oferta dos Serviços que são complementadas pelas Entidades:

- Associação Beneditina de Educação e Assistência Social: Recanto Feliz - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade de atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes de 0 (zero) ano a 18 (dezoito) anos.
- Fundação Social Monsenhor Guilherme Schmitz: Recanto do Ancião José Segatto - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas.
- Instituto de Políticas Públicas e Assistência Social e Educacional do Espírito Santo (IPPES) – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua.



Anexo I

LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS CRAS		
CRAS	Endereço	Área de abrangência
CRAS GUARANÁ	Rua Carlos Favalessa, 19 – Centro - Guaraná – CEP.: 29.195-409 Telefone: (27) 3270-7430	Bairros: Guaraná e Recanto Feliz Comunidades Rurais: Assombro, Barro Vermelho, Córrego Alegre, Córrego Cuiabano, Córrego D'água, Córrego do índio, Córrego São Luiz, Cuias, Retiro, Ribeirão do Cruzeiro, Ribeirão do Meio, Ribeirão do Sapê, Três Irmãos e Três Irmãos de Jequitibá.
CRAS JACUPEMBA	Rua Cristina Lechi Favalessa, 620 – Centro - Jacupemba – CEP.: 29.196-082 Telefone: (27) 3270-7407	Bairros: Jacupemba, Nova Colatina e São José. Comunidades Rurais: Córrego Bom Jesus, Córrego Guaxima, Córrego São João, Córrego São José, Lagoa do Aguiar, Rio do Norte, Rio Francês e São José de Baixo.
CRAS VILA DO RIACHO	Av. São Benedito, 324-Centro - Vila do Riacho – CEP: 29.192-028 Telefone: (27) 3270-7431	Bairro: Vila do Riacho Comunidades Rurais: Brejo Grande, Cachoeirinha do Riacho, Córrego do Gavião, Lagoa de Baixo, Rio Riacho e Sertão do Riacho.
CRAS ITAPUTERA	Rua Cidade de Salvador, 14 – Itaputera – CEP.: 29.193-309 Telefone: (27) 3270-7427	Bairros: Novo Jequitibá, Santa Luzia, Itaputera e Jequitibá.
CRAS BARRA DO RIACHO	Avenida Patriarca Albino Azeredo, 90 – Centro – Barra do Riacho – CEP.: 29.197-509 Telefone: (27) 3270-7408	Bairros: Barra do Riacho, Santa Marta, Barra do Sahy e Putiri.
CRAS INDÍGENA	Rodovia Primo Bitti, s/n – km Caieiras Velhas – CEP.: 29.199-634 Telefone: (27) 3270-7491	Aldeias: Caieiras Velhas, Irajá, Boa Esperança, Piraque-açú, Olho D'água Areal, Três Palmeiras, Pau Brasil, Comboios, Córrego do Ouro, Amarelos e demais que venham a ser criadas.
CRAS SANTA CRUZ	Rua Antônio Coutinho, s/n – Centro -Santa Cruz – CEP.: 29.199-562 Telefone: (27) 3270-7432	Bairros: Mar Azul, Sauê, Praia dos Padres, Coqueiral, Pontal do Piraque-açú, Santa Cruz, São Francisco, Itaparica e Praia Formosa. Comunidade Rural: Baiacu
CRAS MOROBÁ	Rua América do Sul, 07 – Bairro Morobá – CEP: 29.192-703 -Telefone: (27) 3270-7429	Bairros: Morobá, Morobazinho, Nova Conquista e Segatto.
CRAS BELA VISTA	Rua Carlos Soela, 33 – Bairro Bela Vista – CEP: 29.192-078 Telefone: (27) 99814-9452	Bairros: Bela Vista, Fátima, Clemente, Primavera, Portelinha, COHAB IV e Novo Irajá Comunidade Rural: Santa Rosa



exploram o mundo ao seu redor, desenvolvem habilidades interpessoais e aprendem a resolver problemas.

Em outro ponto, a Lei federal nº 14.826/2024, que institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégia intersetorial de prevenção à violência contra crianças, vem complementar essa perspectiva ao estabelecer diretrizes que promovem ambientes propícios ao brincar, reconhecendo a necessidade de acesso a espaços seguros e adequados, fundamentando-se na premissa de que o acesso universal a atividades lúdicas é essencial, independentemente da condição social, física ou localização geográfica das crianças.

Nessa esteira, estudos apontam que o ato de brincar possui implicações profundas na formação da identidade e na autoestima das crianças. Ao participar de atividades lúdicas, elas exercitam a criatividade, aprendem a trabalhar em equipe e lidam com emoções, como alegria, frustração e empatia. O brincar também serve como um meio de expressão, permitindo que as crianças articulem suas ideias e sentimentos de forma natural.

Para além disso, o direito de brincar deve ser entendido não apenas como uma atividade recreativa, mas como um componente essencial para o desenvolvimento humano. A proteção e promoção desse direito são fundamentais para a formação de indivíduos saudáveis, criativos e capazes de interagir e contribuir positivamente em suas comunidades. Não por menos, o ganhador do prêmio Nobel de economia James Heckman, ao realizar sua pesquisa nos EUA, é categórico ao afirmar que a educação pré-escolar em meio período, aplicada a crianças de famílias economicamente vulneráveis, gera para a sociedade um retorno de U\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil dólares) por criança, no decorrer da vida dos beneficiados, cerca de 7% a 10% ao ano, sobre o investimento realizado.

Em síntese, a consagração do direito de brincar, respaldada por legislações nacionais e declarações internacionais, deve ser encarada como uma prioridade coletiva, uma vez que, as crianças possuem o direito de vivenciar sua infância de maneira plena, garantindo-lhes liberdade para brincar, explorar e aprender, em um ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral.

Conclui-se assim, que é imprescindível assegurar a implementação eficaz de todas as dimensões do direito ao brincar, reconhecendo sua importância essencial para a formação



de indivíduos saudáveis, criativos e felizes, capazes de contribuir de forma positiva para a sociedade.

10 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

A convivência familiar e comunitária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e na construção de sociedades mais saudáveis e harmoniosas. A família é a primeira instituição social que conhecemos e, portanto, influencia diretamente nossas crenças, valores e comportamentos. Um ambiente familiar positivo, pautado no respeito mútuo, na comunicação aberta e no amor, proporciona uma base sólida para o crescimento emocional e social dos indivíduos.

A boa convivência na família promove a autoestima, a empatia e a capacidade de resolver conflitos. Quando os membros da família se apoiam e se escutam, criam um espaço seguro onde todos se sentem valorizados e amparados. Isso não apenas fortalece os laços familiares, mas também ensina habilidades importantes, como a capacidade de trabalhar em equipe, o respeito pelas diferenças e a importância da solidariedade.

Na esfera comunitária, a convivência harmoniosa contribui para a construção de um ambiente mais colaborativo e inclusivo. Comunidades que cultivam relações saudáveis tendem a se mobilizar mais facilmente em prol do bem-estar coletivo, resolvendo problemas de forma mais eficaz e promovendo ações de apoio mútuo. Além disso, a interação entre os membros da comunidade favorece a troca de experiências e conhecimentos, enriquecendo a vida de todos.

A convivência familiar e comunitária, portanto, é essencial para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes. Quando as famílias e as comunidades investem em relacionamentos saudáveis, criam um impacto positivo que se reflete em todas as esferas da sociedade, contribuindo para um futuro mais justo e pacífico. É por meio dessas interações que conseguimos promover a tolerância, o amor ao próximo e um senso de pertencimento, fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa e solidária.



Melhorar a convivência familiar e comunitária em Aracruz é um desafio que requer o envolvimento de todos os membros da comunidade. É necessário que se busque sempre a promoção do diálogo, valorizando diferentes opiniões, a promoção da integração entre as famílias e os vizinhos, o estímulo ao voluntariado, o trabalho com oficinas e palestras sobre temas como respeito, empatia e resolução de conflitos, conscientizando sobre a importância da convivência pacífica, o respeito à diversidade, incentivo à participação ativa na vida política e social da cidade e valorização da história e das tradições locais.

11 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA E TIPOS DE VIOLÊNCIAS

Nessa idade as crianças são incapazes de se defender, principalmente quando o agressor é alguém que deveria zelar pela sua saúde e cuidados.



Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

O artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente ECRIAD, determina que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade. O Conselho Tutelar é uma autoridade competente para dar os encaminhamentos necessários aos casos, de acordo com suas atribuições e competências.

11.4 QUANDO DENUNCIAR?

Em situações de suspeita ou confirmação de violações dos direitos de crianças e adolescentes, você deverá fazer denúncia.

11.4.1 Canais De Denúncia

Contato Conselho Tutelar SEDE: (27) 99852-7537 (Plantão 24h)

Contato Conselho Tutelar ORLA: (27) 98885-5366 (Plantão 24h)



5. Alterações no comportamento emocional: Crianças expostas de forma excessiva a conteúdos inadequados ou violentos podem apresentar mudanças de comportamento, como agressividade ou ansiedade. Além disso, o uso excessivo de telas pode afetar a capacidade de autorregulação emocional, levando a dificuldades no manejo das próprias emoções.

Diante desses impactos, é fundamental que os pais, educadores e profissionais de saúde promovam o uso equilibrado das telas, garantindo que a criança tenha experiências diversificadas que favoreçam seu desenvolvimento físico, emocional e social. A recomendação geral é que o tempo de tela seja limitado e supervisionado, especialmente para crianças de 0 a 6 anos, priorizando atividades interativas e de qualidade.

A criança de 0 a 6 anos encontra-se em uma fase crucial de desenvolvimento, onde suas interações com o espaço, a cidade e o meio ambiente desempenham um papel fundamental na formação de sua identidade e nas suas habilidades sociais e motoras. Durante esses primeiros anos de vida, as experiências sensoriais e as vivências diretas contribuem imensamente para o aprendizado e a compreensão do mundo ao seu redor.

Interação com o Espaço.

66



planejados, que incluam áreas para brincar livremente, não apenas proporcionam segurança, mas também incentivam o desenvolvimento motor e a autonomia.

13.1 A CIDADE COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

A cidade é um microcosmo repleto de oportunidades de aprendizado. Calçadas, ruas, parques e espaços públicos oferecem um campo vasto para a exploração e o descobrimento. As crianças podem interagir com diferentes pessoas, observar a rotina dos adultos e entender a diversidade cultural que existe ao seu redor. As vivências na cidade ajudam na formação do senso crítico, como a percepção de regras, limites e a importância da convivência em comunidade.

13.2 CONEXÃO COM O MEIO AMBIENTE

A relação da criança com o meio ambiente é fundamental para desenvolver a consciência ambiental desde cedo. Atividades ao ar livre, como jardinagem, caminhadas na natureza e visitas a espaços verdes, permitem que a criança aprenda sobre a importância da natureza, da preservação e do cuidado com o planeta. Momentos em contato com a flora e a fauna promovem o respeito e a responsabilidade ambiental.

13.3 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Apesar dos benefícios, é importante ressaltar que o acesso a espaços de qualidade e seguros pode ser um desafio em algumas cidades, especialmente em áreas urbanas densas. A falta de infraestrutura adequada, a insegurança e a poluição podem limitar as experiências das crianças. Assim, é essencial que as políticas públicas priorizem a criação e manutenção de espaços em que as crianças possam explorar, aprender e interagir de forma saudável com o ambiente.



03	Garantir o acesso de crianças de 0 a 6 anos e gestantes à proteção social e ao convívio familiar e comunitário	o de 100% das crianças de até 01 ano de idade que tenham sido hospitalizadas por problemas respiratórios graves para a APAE, para atendimento na sala de fisioterapia respiratória como forma de evitar pneumonias de repetição e outros quadros que levem à novas internações e coloquem em risco a vida da criança	Saúde (UBS's e PAS's), Hospital São Camilo, APAE		acometidas de problemas respiratórios graves atendidas anualmente pela APAE.
		Implantar uma unidade CRAS em área descoberta (Guaxindiba – São Marcos)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	2026	CRAS implantado e com equipe técnica completa.
		Construir uma unidade CRAS em área indígena	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	A partir de 2026	Registro do CRAS construído
		Garantir equipe técnica nos equipamentos socioassistenciais em conformidade com a Nob-SUAS/RH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Gerências PSB e PSE	Contínua	100% dos equipamentos com equipe técnica completa.
		Incentivar as Organizações da Sociedade Civil - OSCs a desenvolverem projetos para crianças de 0 a	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Gerência PSB	Contínua	Proposta de trabalho apresentada – no mínimo uma proposta anual.

	educativos nas instituições de educação infantil sobre os temas de violência, abuso e exploração sexual contra crianças.	Social, Saúde e Educação Conselho Tutelar e CMDCA		cada instituição de Educação Infantil
	Conscientizar os profissionais sobre como reconhecer casos de violência, abuso e exploração sexual, assim como instruí-los sobre o preenchimento adequado das fichas de notificação de tais ocorrências.	Secretarias Municipais de Saúde e Educação Conselho Tutelar e CMDCA	Continua	Preenchimento da ficha de notificação adequado.
	Garantir que 100% das crianças de até 6 anos em situação de trabalho infantil sejam inseridas na rede pública de educação infantil (pré-escola) ou no primeiro ano do ensino fundamental.	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Educação Gerência PSE Coordenação PETI	Continua	Registro de 100% das crianças de 4 a 6 anos matriculadas e frequentando a escola.
	Monitorar a utilização das Fichas de Notificação (Sistema de Informação de Agravos de Notificação –	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação	Continua	Registro atualizado das notificações realizadas.

		SINAN).			
06	Desenvolvimento de programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;	Contratar mediante Processo específico, Empresa para prestação de serviço de capacitação dos profissionais da Rede de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente voltado para o atendimento da Primeira Infância e/ou fornecer capacitações em parceria com o Estado.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente - CMDCA	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos da(s) capacitações realizadas anualmente.
07	Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.	Fomentar via Editais de Chamamento Público a elaboração de campanhas e/ou Projetos Educativos a fim de divulgar as ações de promoção, proteção e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito da Primeira Infância.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente - CMDCA	Anualmente	Registros da execução de campanhas e projetos educativos realizados anualmente.
08	Erradicar a desnutrição e anemias carenciais.	Realizar campanhas (mínimo três anuais) de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em	Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social (CRAS) – Programa Saúde na Escola (PSE)	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos das campanhas realizadas.



adequado para o desenvolvimento da criança.	desnecessário e não prescrito de medicação na Primeira Infância.	Saúde)		
	Realizar busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade para a construção de práticas sociais que ofereçam melhor qualidade de vida.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. CRAS	Contínua	Registro anual das ações de busca ativa realizadas. / Registro quantitativo das famílias cadastradas a partir das ações de busca ativa.
	Utilizar os espaços da comunidade, tais como unidades de saúde, escolas, igrejas, associações de moradores e organizações da Sociedade Civil para encontros com grupos de famílias.	Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, Conselho Municipal dos Diretos da Criança e adolescente, Conselho Tutelar e Coletivo Famílias pela Inclusão.	Contínua	Relatórios e registros fotográficos dos encontros realizados.
	Promover ações de valorização do núcleo familiar, através de campanhas informativas sobre os serviços de apoio às famílias, disponibilizados pelo município, mínimo uma anual.	Secretarias Municipais de Saúde e Desenvolvimento Social, Conselho Municipal dos Diretos da Criança e adolescente e Conselho Tutelar.	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos das ações realizadas.
	Realizar um trabalho socioeducativo com as crianças e suas famílias para	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (CRAS), com apoio do PSE, Conselho	A partir de 2025	Relatórios e registros fotográficos do trabalho socioeducativo realizado.



moral e mental	violências e preconceitos.			
	Qualificar o atendimento às crianças vítimas de violência doméstica.	Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar.	Contínua	Registros dos atendimentos qualificados
	Formalizar fluxos intersetoriais de atendimento à criança, vítima de violência e preconceito.	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Saúde, Educação, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.	2025	Fluxo de atendimento à criança, vítima de violência e preconceito formalizado.
	Aderir e manter os dados do SIPIA sempre atualizados.	Secretaria de Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar. Em parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES	2025	Adesão concluída e dados atualizados
	Realizar eventos específicos como o 18 de Maio, 12 de Junho e outros voltados para o enfrentamento e combate à violência.	Secretaria de Desenvolvimento Social - CREAS e Conselho Tutelar.	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos dos eventos realizados.
	Priorizar o atendimento e acompanhamento de crianças, vítimas de violência, em situação de risco, incluindo sua inserção	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Saúde e Conselho Tutelar	Contínua	Registros dos atendimentos e acompanhamentos realizados.



Acompanhar a família quando do retorno da criança para o convívio familiar.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – CREAS e CRAS.	Contínua	Registros dos acompanhamentos realizados.
Promover o atendimento psicológico para 100% das crianças, vítima de violência e em acolhimento.	Secretarias Municipais de Saúde, Desenvolvimento Social, Casa de Acolhimento e Conselho Tutelar	Contínua	Número de crianças, vítimas de violência acolhidas x vítimas de violência em acompanhamento psicológico.
Promover formação continuada para 100% dos profissionais que atuam em instituições de acolhimento.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Anualmente	Certificados e/ou declarações dos cursos realizados pelos profissionais.
Direcionar os membros da família de crianças em acolhimento institucional que sofrem de dependência química para receberem tratamento especializado.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Equipe técnica da Casa de Acolhimento	Contínua	Registro das famílias encaminhadas.
Manter adequadas as equipes de referência do serviço de acolhimento conforme a NOB-RH SUAS.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Contínua	Equipe completa
Realizar avaliações anuais da excelência do serviço prestado nas instituições de acolhimento,	CMDCA, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Adolescência, Ministério Público	Anualmente	Registros das avaliações realizadas.

		primeira infância.	Saúde e Conselho Tutelar.		
		Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância.	Secretarias de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde e Conselho Tutelar.	Contínua	Percentual de famílias com crianças de 0 a 6 anos inseridas nos protocolos de atendimento em programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool.
		Adequar 40%, as calçadas para garantir mobilidade segura e acessibilidade para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.	Secretaria Municipal de Obras	A partir de 2026	Relatório e registro fotográfico anual das calçadas adequadas.
18	Garantir o acesso e efetivação ao Registro Civil a todas as crianças.	Realizar o levantamento de crianças não registradas e adotar ações para sanar a situação-problema.	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde e Conselho Tutelar.	Anualmente	100% das crianças do município registradas.
		Promover, anualmente, campanhas de orientações aos pais sobre o registro civil nos materiais informativos da Saúde, nas campanhas de vacinação, nas visitas domiciliares, bem como nos materiais informativos e outras atividades das Secretarias Municipais de Educação, Desenvolvimento	Secretarias de Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Cultura e Secretaria Municipal de Espote, Lazer e Juventude.	Contínua	Relatórios e registros fotográficos das campanhas realizadas.

		o Social, Cultura e Secretaria Municipal de Espote, Lazer e Juventude.			
		Inserir a temática em reuniões de pais nos espaços escolares.	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Relatório e registro fotográfico da reunião de pais que incluiu a temática.
		Garantir a emissão de Segunda Via de Registro Civil, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG) a 100% das crianças que se encontram em risco e vulnerabilidade social.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - CRAS	Contínua	Todas as crianças em situação de vulnerabilidade com documentação pessoal. Registro dos atendimentos.
19	Reduzir os acidentes na Primeira Infância, criando estratégias de prevenção.	Orientar e sensibilizar os pais e responsáveis sobre a prevenção de acidentes na Primeira Infância desde a gestação.	Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social - PSE	Anualmente	Relatório e registro fotográfico da reunião das ações de orientação nos encontros de gestantes nos CRAS e UBS e reuniões de pais em creches e pré escolas.
		Publicar material impresso de conteúdo de fácil assimilação sobre prevenção de acidentes.	Secretarias Municipais de Educação e Saúde	2026	Material publicado.
		Reforçar a temática e sensibilizar sobre a prevenção de acidentes nos	Secretarias Municipais de Educação e Saúde	Anualmente	Registros das orientações dadas nos encontros de equipes, relatórios e registros fotográficos.

<p>Infância, assegurando o direito das crianças a brincarem em ambientes que favoreçam a ludicidade.</p>	<p>seis anos de idade, incluindo espaços culturais, praças, parques, entre outros. Essa iniciativa visa aumentar progressivamente a disponibilidade desses locais.</p>			
	<p>Adequar o Parque Urbano do Cupido com espaços e brinquedos acessíveis a todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, incluindo adequação dos horários de transporte coletivo e ponto de parada de ônibus.</p>	<p>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</p>	<p>2026</p>	<p>Parque Urbano do Cupido com espaços e brinquedos acessíveis, frequentado por famílias de outros bairros.</p>
	<p>Criar/implantar, no mínimo, mais dois parques urbanos no município com espaços e brinquedos acessíveis a famílias com crianças de 0 a 6 anos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</p>	<p>A partir de 2026</p>	<p>Parques Urbanos implantados, com espaços e brinquedos acessíveis.</p>
	<p>Instalar equipamentos (parquinho) em 60% das instituições governamentais, garantindo a segurança, para facilitar a interação entre família e criança.</p>	<p>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</p>	<p>A partir de 2026</p>	<p>Quantitativo de instituições públicas x instituições com parquinhos instalados. equipamentos instalados anualmente.</p>
	<p>Criar espaços para o lazer e o brincar das crianças, como praças ou pequenos recantos, descentralizados em 100% dos bairros do município, contemplando áreas rurais, bairros, vilas, distritos distantes e periferias, seguros, limpos e aptos ao desenvolvimento de atividades na Primeira Infância.</p>	<p>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</p>	<p>A partir de 2026</p>	<p>Quantitativo de bairros do município x Quantitativo de bairros que possuem espaços de lazer criados anualmente.</p>
	<p>Implantar Jardins Sensoriais em 60% dos espaços públicos destinados ao atendimento a crianças na Primeira Infância.</p>	<p>Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente, Conselho Municipal dos</p>	<p>A partir de 2027</p>	<p>Jardins Sensoriais implantados.</p>



			Cultura e Câmara Municipal		
		Integrar, anualmente, nos programas de capacitação para professores e profissionais que trabalham com crianças de até seis anos, conteúdos, informações e práticas que os capacitem a reconhecer e apreciar o aspecto lúdico como um meio fundamental de desenvolvimento e aprendizado infantil em suas atividades laborais.	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Turismo e Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e Meio Ambiente.	A partir de 2025	Registros dos programas de capacitações incluindo nos temas trabalhados, a importância do brincar em, pelo menos, um encontro geral.
		Criar, gradativamente, e manter espaços de leitura, brincadeiras, desenho e pintura em todas as unidades de CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e UBSs do município.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Gerência PSB CRAS, CREAS e Conselho Tutelar	A partir de 2025	Espaços criados e em condições de uso pelas crianças que frequentam o CRAS.
		Organizar workshops de brincadeiras nas comunidades, direcionados a adultos e crianças.	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Cultura.	A partir de 2025	Relatórios e registros fotográficos dos eventos realizados.
		Criar, trimestralmente, em parceria com as comunidades, ruas de lazer com fechamentos de quarteirões destinados à promoção de brincadeiras em famílias, priorizando os bairros mais carentes do município	Secretarias Municipais de Esporte, Lazer e Juventude e Cultura	A partir de 2026	Ruas fechadas trimestralmente para
02	Promover e apoiar a realização de eventos culturais descentralizados voltados para o público da Primeira	Garantir condições de mobilidade segura e acessível para que as crianças possam usufruir dos eventos públicos.	Secretarias Municipais de Cultura e Obras e Infraestrutura	A partir de 2025	Acessibilidade garantida em todos os eventos culturais.



04	Promover recreação e interação social às crianças de 1 a 6 anos.	Garantir as condições necessárias para que todas as crianças de 1 a 6 anos, acompanhadas dos pais, participem dos eventos, com diversificação de atividades a serem realizadas com acessibilidade, segurança, diversão e lazer e, ainda conscientizar sobre a importância de realizar atividades físicas regulares para o seu desenvolvimento integral.	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Esporte, Lazer e Juventude.	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos dos eventos realizados.
		Realizar, na semana da criança, uma programação especial em praça pública com atividades diversificadas e brinquedos acessíveis de acordo com a faixa etária de 1 a 6 anos.	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Esporte, Lazer e Juventude	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos do evento.
		Instalar parquinho infantil inclusivos em locais públicos e de fácil acesso para todas as crianças, com brinquedos acessíveis e adequados à Primeira Infância e realizar a manutenção dos que já existem.	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.	A partir de 2025	Parquinhos em locais restaurados e/ou instalados, anualmente.
		Incentivar, na Educação Infantil da rede pública, atividades e brincadeiras pedagógicas extramuros, nas praças e locais públicos.	Secretaria Municipal de Educação.	A partir de 2025	Relatórios e registros fotográficos das atividades extramuro realizadas.
		Incentivar o uso do teatro municipal para crianças de até 6 anos de idade, com a apresentação de, no mínimo duas peças e/ou musicais infantis por ano.	Secretaria Municipal de Cultura	A partir de 2026	Registros de apresentações de peças no teatro municipal, com participação de crianças de 0 a 6 anos atuando ou na plateia.



14.4 EIXO 4 - TEMPO DE APRENDER

O tempo de aprender por conceber a educação como direito de todos, especialmente no que se refere a mais acesso à Educação Infantil, tem como eixo central o atendimento à universalização da oferta da pré-escola e a ampliação da oferta da educação infantil em creches; apoiar a construção, reforma/ampliação, melhorias e condições, por meio da aquisição de equipamentos e mobiliários, incluindo bens permanentes; promover a Formação Continuada de gestores, técnicos, bem como demais profissionais da rede de atendimento às crianças na Primeira Infância.

Nº	OBJETIVO	META	RESPONSÁVEL	PRAZO	EVIDÊNCIAS
01	Garantir o acesso à Educação Infantil de qualidade.	Ampliar a oferta de vagas para creches em unidades de ensino municipais. <i>Garantir Atendimento de 100% das crianças da pré-escola e 60% das crianças das creches em escolas municipais.</i>	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2025	Número crescente de matrículas.
		Atender com igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais, territórios geográficos, etnias e deficiências, expandindo o acesso aos bens culturais e às possibilidades de vivência da infância, com atenção prioritária para crianças em situação de vulnerabilidade social ou de acolhimento institucional;	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2025	Relatórios e registros fotográficos das ações realizadas.
		Garantir a implementação da avaliação institucional da Educação Infantil a cada dois anos, utilizando os Parâmetros Nacionais da Qualidade e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2025	Registros da avaliação institucional realizada.



s que atuam na educação infantil da Rede Pública Municipal com temáticas voltadas para a educação inclusiva, matrizes de diferentes raças e etnias, natureza e sustentabilidade, aprendizagens e desenvolvimento socioemocional.	de forma integrada com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.			rede pública, realizado.
	Garantir a abordagem das temáticas específicas nos ciclos formativos realizados no decorrer do ano letivo.	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2025	Registros do programa de capacitação realizado.
	Incluir, nos programas de formação continuada, ofertados aos professores e profissionais que atuam com crianças de até seis anos, conteúdos, informações e práticas que os habilitem a perceber e valorizar, na realização de seu trabalho, o brincar como forma de desenvolvimento e aprendizagem da criança.	Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento Social	A partir de 2025	Registros do programa de capacitação realizado.
	Promover encontros de formação aos profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos, com momentos de reflexão e troca de experiências, garantindo a reflexão de temas relacionados com a primeira infância e da legislação atual.	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social	A partir de 2025	Registros do programa de capacitação realizado.
	Introduzir programas de capacitação interdisciplinares destinados a profissionais da educação, saúde e Assistência Social, com ênfase em diferentes tipos de deficiências.	Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social	A partir de 2025	Relatórios registros fotográficos dos encontros de formação realizados, com ênfase em diferentes tipos de deficiências.
	Incluir nos programas de capacitação para os profissionais de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Registros dos programas de capacitação para os profissionais de

		situações de crianças com problemas no processo de ensino-aprendizagem e/ou do seu desenvolvimento, com respeito às especificidades de cada criança.			
		Desenvolver estratégias conjuntas entre escolas de Educação Infantil e UBSs para intensificar a cobertura vacinal, visando à busca ativa daquelas com vacinação atrasada, solicitando Declaração da Caderneta de Vacinação atualizada no ato da matrícula e matrícula, visando à avaliação da situação vacinal pelos profissionais do PSE.	Secretaria Municipal de Educação	Contínua	Registro da situação vacinal de todas as crianças matriculadas nas escolas de educação infantil, pelo PSE.
08	Garantir alimentação saudável nas Instituições de Educação Infantil.	Acompanhar 100% das crianças com alergias e intolerâncias alimentares e seletividades estimulando os hábitos alimentares saudáveis com momentos de conversa nas unidades educacionais.	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2025	Registros quantitativos dos acompanhamentos realizados.
		Elaborar cardápio conforme especificidade da faixa etária.	Secretaria Municipal de Educação	Contínua	Cardápio elaborado.
		Garantir o acompanhamento por nutricionistas nas unidades escolares para cumprimento do cardápio.	Secretaria Municipal de Educação	Contínua	Registros do acompanhamento realizado pelo nutricionista.
		Ofertar capacitação das manipuladoras de alimentos sobre Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de maneira a enriquecer a alimentação escolar e	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Relatórios e registros fotográficos das capacitações realizadas.

de sustentabilidade na criança.	Instituições de Ensino, como um eixo transdisciplinar, junto a educação ambiental.			
	Estimular a conscientização de professores e instituições de educação infantil acerca do consumismo precoce e da necessidade de preservar o planeta, incentivando uma reflexão crítica entre os educadores sobre os valores e práticas da sociedade consumista, bem como sobre seus padrões pessoais de consumo.	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Registros das ações realizadas.
	Criar oportunidades, nas Instituições de Educação Infantil, para que os educadores abordem as mídias de forma crítica com as famílias, desvendando o seu poder de influência sobre as crianças, visando à formação de atitudes críticas frente à propaganda de produtos de consumo.	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Registros das ações realizadas.
	Programar visitação de, no mínimo 150 crianças, a espaços onde elas possam usufruir dos elementos naturais do meio ambiente.	Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente.	Anualmente	Programa de visitação construído.
	Realizar palestras sobre a importância da preservação ambiental com a comunidade escolar.	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação.	Anualmente	Relatório e registro fotográfico das palestras realizadas.
	Introduzirem o tema consumo responsável e consciente abordando de forma lúdica o conteúdo com os alunos	Secretaria Municipal de Educação	Anualmente	Registros das ações realizadas.



Como já foi dito, a divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância é uma etapa crucial para garantir que a população, instituições e profissionais da área conheçam as diretrizes e ações propostas. Aqui estão algumas sugestões de ações de divulgação:

- 119



Essas ou outras ações planejadas pela Comissão devem assegurar que o Plano Municipal pela Primeira Infância seja amplamente conhecido e debatido, envolvendo todos os setores da sociedade na sua implementação e monitoramento.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de 2 anos.** Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2005.152 p.

BRASIL. **Mortalidade infantil no Brasil**. Boletim Epidemiológico 37. Secretaria de Vigilância em Saúde, outubro de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Boletim epidemiológico SVS nº 37, v. 2**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução N.º 05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança, 20 de novembro de 1959.** Disponível em: <<https://www.nacoesunidas.org/carta/>>, Acesso em 25 de novembro de 2024.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde materna**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-materna>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ, **Turismo**. Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br/turismo/historia/a-cidade-33>. Acesso em: 08 de dezembro de 2024.

